

## **Marcha Hoje: o nascimento da República de Cabo Verde em 5 de julho de 1975**

Artur Monteiro Bento\*

Em 5 de julho de 1975, no Estádio da Várzea na cidade da Praia, ilha de Santiago, foi montado um palanque, cujo objetivo era proclamar e celebrar a independência política de *Cabo Verde*<sup>1</sup>. Esse evento festivo deveria não apenas cumprir o *acordo de independência*<sup>2</sup> assinado em Lisboa, entre a República Portuguesa e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)<sup>3</sup> de 19 de dezembro de 1974, que reafirmava o direito dos caboverdianos à autodeterminação e independência, em conformidade com a Lei Constitucional portuguesa nº 7/74 de 26 de julho, mas construir um discurso político-social sobre o processo da luta pela libertação colonial e nascimento da República de Cabo Verde.

Em um momento bem delicado de transferência de poder para o PAIGC, a celebração, por meio da leitura da trajetória histórica de seus principais combatentes, destacando, Amílcar Cabral, refletiu o momento histórico que passava Cabo Verde, sob a dominação e exploração colonial. Seu objetivo principal é problematizar, refletir e indagar acerca do processo de luta pela libertação da África e demonstrar a população que a independência, graças, principalmente, ao Partido, era o caminho para a cidadania, o progresso e desenvolvimento econômico do País, com foco no combate à pobreza, ao analfabetismo e toda forma de subdesenvolvimento. Este último, contudo, só seria alcançado com os programas das pastas governamentais, que se colocavam como fundamental para o alcance desse objetivo.

Celebrações sempre foram vitais ao bom funcionamento dos grupos humanos, à medida que pontuam a vida com rituais. Cerimônias religiosas, eventos científicos, políticos e culturais, além de constituírem uma força vital para a canalização das tensões e conflitos sociais, são uma constante na história da humanidade. Solenes ou simples, sérias ou entretidas, programadas ou espontâneas, cumprem, sobretudo, funções normativas e identitárias, ao mesmo tempo em que são vitais ao bem-estar da humanidade. Olhar a partir dessa lente permite ao pesquisador ter apreensão das múltiplas relações que são estabelecidas na construção do discurso oficial, entender as possibilidades e limites, as significações e mediações de uma totalidade aberta, mas historicamente situado.

Seguindo a lógica das concepções da história do tempo presente e das noções de cultura política e cultura histórica, o discurso buscou construir uma imagem do Partido, que tinha em 19 de dezembro de

1974, seu ponto culminante com as negociações políticas “em ordem à fixação, por acordo, do esquema e do calendário do processo de descolonização do território caboverdiano celebrado em Lisboa pelas delegações do Governo Português e do PAIGC na seqüência de anteriores contatos”<sup>4</sup> e terminava em 1975, apontando projeções para o futuro do País, sob a direção do Partido, que se assumia como sendo “a força, a luz e o guia do nosso povo na Guiné e Cabo Verde”<sup>5</sup>, permanecendo a visão do exercício de um governo forte, que, sob os auspícios do Partido garantiria a integração nacional e solidificação da independência, com foco no nacionalismo e chefia confiável.

Toda celebração requer a valorização de acontecimentos passados comuns a um determinado grupo: seja um país, uma comunidade ou até a um indivíduo. Ela se sustenta na construção de uma memória vivida por um grupo, e propõe, a partir de releituras dos princípios fundadores, tornar-se portador de uma história. Em um momento de construção do nacionalismo, a leitura sobre o passado, quais sejam, a memória da luta pela libertação colonial, cumpriu no discurso seu principal objetivo: a memória nacional. Tal memória não se produz espontaneamente, mas corresponde à forma sistemática para responder os desafios da realidade das ilhas e as interrogações que dela surgem.

Informações atualizadas pelas lembranças do passado põem em evidência a complexidade político-social do evento festivo, momento de legitimação do Governo. Esse evento foi um ato político, mas, sobretudo, social, à medida que buscou fortalecer a coesão nacional, reorganizar a economia e projetar o futuro do País rumo ao progresso, por meio de reiteração da ordem militar e também de autopromoção para as novas possibilidades de governança. O Governo, por meio de um discurso político-social, articulado a narrativa da libertação dos povos oprimidos, busca o reforço do sentimento de pertença nos caboverdianos e a demarcação de suas fronteiras simbólicas, traduzido nos seguintes termos:

*“coube às modernas gerações, iluminadas pela ideologia dos povos colonizados e impregnados de espírito de bandung, compreender que o problema da miséria e do atraso social das ilhas de Cabo Verde reconduzia-se a um problema político e, como tal, jamais poderia ser resolvido no quadro da sujeição colonial e da alienação da liberdade humana. Antes de mais, postulava a reivindicação e a luta pela independência”<sup>6</sup>.*

O ato de proclamar e celebrar se relacionam a uma continuidade da memória, coroando Amílcar Cabral como sendo um dos melhores filhos da terra que

*“concebe a genial idéia de renovar o sentido do povo e reestruturar na matriz política da libertação dos povos do Terceiro Mundo, a unidade dos filhos da Guiné e Cabo Verde. Assim se funda e se constrói o PAIGC, motor histórico da renovação mental, social e ideológica, segundo linhas da ação construtiva e da pedagogia política do nosso imortal guia, Amílcar Cabral”<sup>7</sup>.*

A imortalização de Amílcar Cabral reflete a preocupação de salvaguardar as lembranças, num esforço de transformar a memória em documento. Há uma função pedagógica nesse discurso, visto que estão presentes processos como criação de conhecimentos científicos, a partir desse evento; seleção e priorização de um conteúdo, que possui um marco de referência de centro. O entrelaçamento das lógicas políticas e afetivas se caracterizou na década de 70, como um dos efeitos das reconfigurações sobre o modo de fazer política que coloca diferentes saberes em diálogo/conflito, na qual a força material cede lugar à força simbólica. A manutenção do poder e as relações que emanam daí passam a ser marcadas pela prática do convencimento, em detrimento da luta armada e da coerção física, embora não as elimine completamente como recursos do jogo político. Na encruzilhada de tantas disputas, os esforços de criar campos documentais a partir dos registros das memórias dos seus combatentes deveriam garantir as bases da construção da nova sociedade.

Por meio de uma amálgama de elementos patrióticos evocados por apelações emocionais, a população, ao acompanhar o evento, era imbuída da importância que o governo atribuía à história, segundo a qual o acesso a plena soberania se deve ao “coroamento dos esforços dos melhores filhos das nossas terras, que nas condições duras da luta armada e nas menos difíceis da luta clandestina, não olharam sacrifícios para levar avante a realização do alto ideal inspirado ao nosso povo pelo fundador e militante nº1, Amílcar Cabral”<sup>8</sup>. Ressalta ainda que o êxito da luta desigual

*“face à expressão numérica das realidades em confronto e ao prestígio de falsos valores dominantes em vastas regiões da comunidade internacional, era, na conjuntura, necessário que os povos africanos superassem a escala nacional e potenciassem a sua energia vital na cooperação de esforços e na unidade de propósitos revolucionários”<sup>9</sup>.*

Esse discurso marcou o início de um movimento político-social sem igual na história da República de Cabo Verde. Não somente, representou a adesão de milhares de caboverdianos e caboverdianas a um projeto de governo revolucionário, mas também significou o alcance do ideário socialista, em terras e condições que não

correspondiam às aspirações do homem caboverdiano. A nosso ver, as classes populares não estavam dispostas a travar uma “luta ideológica nas ilhas” contra a burguesia e nem a uma possível degradação dos vários subsistemas coloniais, à medida que se encontrava em estado de debilidade socioeconômico. Ao contrário, idealizavam melhorias das condições de vida, devido ao estado de indigência e vivências catastróficas, advindo da seca, da pobreza e das fomes, que “na década de 1940 chegou a vitimar em média 50% da população recenseada”<sup>10</sup>.

A ressonância do discurso revolucionário, aliás, “falsos valores dominantes em vastas regiões da comunidade internacional, subjugação colonial, escolha de nosso destino africano e glória eterna a Amílcar Cabral”<sup>11</sup>, mobilizou o despertar da consciência sobre os significados da independência política. Mas também, compreende a memória vivida em reação permanente às estruturas coloniais, associado ao temor da Unidade do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) não afeto a unidade<sup>12</sup> com a Guiné, e certa preocupação com a memória da libertação, posta em relação com a memória da revolução dos cravos, em 1974, que conduziu a queda do regime salazarista, uma percepção própria da União Democrática de Cabo Verde (UDC). E o apelo a Amílcar Cabral, ao longo do discurso, mobilizou seu reconhecimento por orientar as ações do Partido no cenário caboverdiano, de modo a não apenas se adaptar a esta realidade atlântica, mas de utilizá-lo estrategicamente, o que torna possível à apreensão mais profunda da constituição do Partido, considerando suas relações fundantes e sua ação dentro de uma perspectiva de cultura histórica e cultura política.

A memória é um dos elementos constitutivos da identidade de um grupo. Há, portanto, uma seleção de conteúdos, condicionada tanto por elementos internos, como a ideologia, quanto por elementos externos, relacionados à forma de apresentação do discurso, representando, o fio condutor entre o seu passado e o seu presente. As memórias partilhadas de forma oral ou escritas evidenciam o significado que têm para o grupo. As memórias em documentos exemplificam o modo pelo qual se constroem as identidades com específica visão do passado. A narrativa do evento festivo leva em conta a multiplicidade das memórias, das datas, das significações e dos esforços dos combatentes.

Maurice Halbwachs<sup>13</sup> sintetiza que a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos. Está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações, e susceptível de repentinas revitalizações. A memória é, portanto, o que fica do passado, ou aquilo que os grupos fazem do passado. Tem valor afetivo ou simbólico, é inalienável, pode ser

manipulável e se tornar instrumento de luta e poder. Conserva por um momento a lembrança de uma experiência intransmissível. Apaga e recompõe, em função das necessidades do momento ou do imaginário. Especificamente, no caso do Partido, a memória da luta, com suas respectivas significações e reconfigurações se confunde com a história da libertação dos povos oprimidos, assumindo, desse modo, a função de memória-história. Um dos grandes representantes intelectuais desse pensamento é Pierre Nora<sup>14</sup> que em suas memórias aponta que a partir de um retorno à própria história, associada às continuidades temporais por meio de uma operação intelectual e laicizante entre iguais, a memória passou a ser objeto da história depois que se processou um trabalho lento de ajuste da historiografia às necessidades da coletividade do presente.

Como ocorre, entre os grupos humanos, o PAIGC necessita da legitimação social para demarcar suas fronteiras simbólicas, de um discurso que se refira a marcos fundantes e a luta contra o imperialismo e a colonização. Porém, mais que isso, necessita de uma habilidade de oferecer soluções imediatas de problemas diversos de sua população. Inserido num competitivo ambiente de luta pelo poder, já que não haveria níveis intermediários definidos pelo regime de partido único, reage politicamente a qualquer tipo de empecilhos ou movimentos que coloca em causa a estabilidade nacional, sobre o quê e como se deve lembrar. Absorve um lugar de memória enraizada na instituição partidária e os valores que se impõe aos estados pós-coloniais. E, assim sendo, as oposições, explicitado ou não nas suas intencionalidades, representam o elemento perturbador que movimentam a ordem do discurso, em torno da política revolucionária.

Considerando as oposições, o passado emerge no discurso de forças políticas outras, com o objetivo de justificar o presente – a necessidade da implementação das diretrizes governamentais – recontando histórias de unidade, diversidades, diferenças e singularidades dos povos em contato (guineenses, caboverdianos, portugueses). E, a partir dessas articulações, projetam-se os rumos do futuro: um cenário que deveria ser diferente do passado e do presente. Michael Foucault corrobora que “em toda sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem como papel exorcizar os poderes e os perigos, refrear o acontecimento aleatório, disfarçar a sua temível materialidade”<sup>15</sup>.

Na construção da nova sociedade, o discurso oficial representa uma unidade pedagógica, visto que o governo busca difundir uma mensagem em um sistema didático, que promove e enaltece a unidade dos povos africanos e o amor à pátria. O discurso valoriza a guerra desencadeada na Guiné até a decadência do império colonial

português, bem como a luta ideológica travada nas ilhas, apontando a mobilização de caboverdianos em função de suas aspirações e interesses, momento em que “deu aos trabalhadores públicos e da atividade privada uma nova consciência de dignidade na liberdade, inspirou greves e manifestações de protesto contra atos repressivos da ordem colonial, dinamizou movimentos de massa para reivindicação de bens e valores”<sup>16</sup>.

A estruturação do discurso está associada ao contexto social, em particular às lutas políticas, que dominam as ilhas, em que diferentes grupos disputavam a hegemonia das ilhas. O PAIGC afirmou-se como impulsionador da luta política revolucionária em oposição a toda forma de subjugação colonial. Denuncia a repressão e a violência promovida pela Polícia Política (PIDE) contra as bases do PAIGC e acusa Lisboa de ser o mandatário do assassinato de Amílcar Cabral, em 1973, após 17 anos de luta pela libertação. Assim, justifica a intensificação da luta ideológica nas ilhas que teria como fim levar a decadência das estruturas coloniais, a partir da mobilização das massas populares.

O discurso faz os caboverdianos se lembrarem que a independência tinha sido aberto unicamente pelo esforço do PAIGC na década de 50, que depois se tornará próspero com as negociações diplomáticas, em 1974, e realidade em 5 de julho de 1975. Ao promover sua centralidade na cena política nacional, sustenta seu discurso na libertação dos povos africanos e amor à pátria, com o propósito de intervir nos rumos de Cabo Verde, e voltar a se inserir no contexto regional e internacional. Desde já, cuida de evidenciar que o centro da sua preocupação justifica-se na medida do amor que tem para a pátria, do desejo de vê-la crescer, o que depende da política revolucionária. É a partir destas enunciações que o Partido constrói uma cenografia através da qual podem ser identificadas as visões de mundo já existentes no substrato político-ideológico.

A instrumentalização do discurso é utilizada para a efetivação de suas articulações políticas, referindo-se a violência das empresas ultramarinas e derrota dos monopólios imperialistas. A crítica nesse discurso está no sentido de reaver e/ou reviver sentimentos negativos contra as estruturas coloniais, concebidas como exploradores e desumanos. Vê-se, então, a luta de classes, estimulando as massas populares a ingressar na luta ideológica contra a burguesia ou apoiar àqueles que deram a vida pela libertação da pátria. Desse modo, a imagem do combatente é realçada como praticante de justiça social e detentor da moral revolucionária.

A memória do passado é rearticulada tanto para caracterizar a atuação negativa do sistema colonial como para justificar as propostas e rumos para o futuro. A referência a Amílcar Cabral como guia imortal

cumpra seu papel na continuidade da luta ideológica nas ilhas, constituindo-se o fator mais importante de materialização dos objetivos do Chefe. Cabe lembrar as análises de Chartier<sup>17</sup>, em 1988, quando evoca que o objetivo da história é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Ao resgatar-se o passado na intenção de recuperar uma memória, ele passa a possuir algum significado. Não se pode reconstruir o mundo, pode-se abrir caminho para as informações que, recuperadas, serão investidas na realidade. A memória resgatada transforma-se, então, em memória histórica. A partir do momento que o governo autodelega a função de julgar o passado, o que deve ser esquecido ou lembrado, sacramenta-se, então, um lugar do qual se deve ler a história.

Relacionando memória-história, tornam-se pertinentes as análises feitas por Pierre Nora sobre os meios de organização da memória na sociedade moderna, que necessita conservar informações, utilizando-se de instrumentos que sacralizam o passado em si, através de celebrações; exposições, imagens, estátuas; museus. Infere-se, dessa forma, o que o autor conceituou como “lugares de memória”, que resultam da necessidade de preservação da identidade do grupo. “Quando a memória não mais está em todo lugar, ela não estará em lugar algum a não ser que se tome a responsabilidade de recapturá-la através de meios individuais”<sup>18</sup>.

Toda funcionalidade presente nos espaços simbólicos possui uma interpretação do passado e necessária para a formação da memória-história, pelo exercício das lembranças individuais, mesmo em eventos que apenas nós estivemos envolvidos. Na transformação do discurso em documento, Jaques Le Goff evoca que o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam a ciência do passado, os historiadores. “Esses materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador”<sup>19</sup>.

Esses materiais de memória existem sob duas formas principais: o monumento, como herança do passado; em contraponto, ao documento, que seria uma escolha do historiador. Portanto, o discurso, enquanto documento, só é preservado e colocado em evento celebrativo, mediante a vontade de alguém. Os objetos (imagens dos combatentes e os símbolos - bandeira e hino) não nascem como documentos. Isto só ocorre mediante a vontade de um indivíduo ou grupo, ou seja, mediante uma intervenção social. No entanto, o processo desenvolvido não inaugura o caráter de suporte de memória no objeto – este já chega ao evento com tal qualidade. Promover os

objetos (imagens e símbolos), mas da estrutura da qual fizeram parte: a mobilização para o ideal do passado como fonte do presente. O que o discurso faz é desenvolver o suporte de memória a um contexto específico, historiá-lo, em sintonia com o discurso político.

Um discurso marcado por amor à pátria em que a paixão se sobrepõe à razão, dentre as quais se destaca a glorificação dos combatentes como forma de extravasar a indignação ao colonialismo. O discurso reforça a autoridade do combatente, mas abre portas para a reinvenção do passado, remanejando-o e transformando-o por meio da imaginação e dos interesses do momento. Esse modo de construção do discurso apenas legitima os esforços do Partido, mas não os símbolos, isto é, legitima o Partido e evitam-se os símbolos, criando um conceito da mudança de símbolos (bandeira e hino) que, submetidos a intensos processos de transformação a partir da abertura do regime de partido único e democratização do país, em 1990, parece que os novos símbolos (bandeira e hino) tendem a se legitimar na memória nacional.

O discurso construído para o evento aspirava proporcionar aos indivíduos uma idéia de ruptura em relação ao passado colonial, contudo, o voto, não foi mencionado, sem que isso signifique que o exercício eleitoral estava vetado à população. Este fato, contudo, acabou por ser praticamente esquecido, até porque não estava definido nos objetivos da luta pela independência, à medida que o foco principal era a libertação da África e independências. Para suprir essa perda, foi oferecida uma importância participativa dos combatentes na celebração. A estes caberiam o papel de honrar glória eterna aos que tomaram na luta armada, que, paulatinamente, suprimia os lapsos no discurso. Mesmo que não através de voto, segundo os princípios da democracia moderna, os sujeitos eram convidados enquanto atores a participar da construção da nova sociedade, que se projetava estar surgindo com o Partido, embora suas participações fossem restritas, já que os passos iniciais seriam dados pelas diretrizes governamentais, com políticas de ações afirmativas nas áreas de saúde, educação, assistência, habitação, saneamento, reforma agrária, esporte e cultura; geração de trabalho e renda – tudo isso, num contexto de fragilidade socioeconômico.

Na intenção de reforço da memória, a celebração chama o povo e faz com que este se sinta ativo em meio a um processo que, na verdade, não teve grande participação. Assim sendo, a presença de Aristides Pereira, Abílio Duarte, Pedro Pires em festejos por todo o País, após a independência, como em debate em torno do progresso e desenvolvimento do País, era um incentivo para a participação das massas populares no desenvolvimento de um modelo econômico regulado pelo Estado, e, por outro, servia como um elo de identificação

ao nacionalismo/patriotismo, pautado na soberania política, na unidade territorial e coesão nacional. A celebração não explicitou apenas a continuidade do passado histórico, mas também o trouxe para o dia-a-dia dos caboverdianos. Ela foi também um momento privilegiado de utilização do espaço público como símbolo de expectativa, difusor da consciência nacional, patriotismo e do PAIGC que “continuará a ser a força política dirigente da nossa sociedade hoje totalmente livre”<sup>20</sup>.

A idéia de partido único expressa no discurso deve ser entendido como uma possibilidade da moderna sociedade de massas e não apenas de um período histórico determinado pelas idéias socialistas do século XX, que se transformava em vanguarda da consciência coletiva. A idéia de centralização do poder, baseado nos fins e metas socialmente desejáveis, mostra-se extremamente pertinente na análise deste discurso, uma vez que a tona um lócus privilegiado do comportamento político e do grupo partidário, tendo em vista suas representações de mundo, com as quais definiram suas memórias, vivências e sensibilidades. Nas páginas do partido único e tantos outros documentos, podemos encontrar políticas de ações afirmativas de combate à miséria, à pobreza generalizada, ao analfabetismo, a degradação do solo, a carência da educação, saúde e saneamento básico.

Dentre a variedade de temas presentes nos documentos coloniais, somente um governo forte poderia garantir a independência salvadora, a integração territorial, o bem-estar e cidadania das classes populares, cuja educação via ensino formal, conduziria um processo de ascensão ao poder no âmbito do Estado. Daí a intolerância às escolhas fora dos parâmetros do Partido. Porém, os limites da intolerância são flexíveis nos contornos contextuais, mas permanece a visão de que somente um Estado forte pode conter e resolver os abusos de exploração do homem pelo homem, bem como a defesa da independência. Assim, caberia as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) “em primeiro lugar, defender a soberania nacional e a integridade do território, salvaguardar as conquistas revolucionárias do povo e participar na construção do País, pelo combate ao subdesenvolvimento e às suas componentes: a miséria, a fome, o analfabetismo”<sup>21</sup>.

As mudanças que ocorreram nas décadas de 80, com a mudança de nome para PAICV, após o golpe de estado na Guiné e, na década de 90, com a democratização do País, acenaram para novas possibilidades nas vidas de seus militantes, ao mesmo tempo em que trouxeram desafios, perigos e dificuldades. No entanto, não desistiram diante da perspectiva do novo, do desconhecido, ocupando novos espaços e procurando se adaptar às realidades que foram encontrando pelos caminhos que trilharam. Considerando a história do Partido, num

País com grande índice de miséria, a coragem e a esperança estão intrinsecamente vinculadas a ele, por dispor de um olhar crítico do sentido de apontar as estratégias fundamentais para alavancar o desenvolvimento e dignidade dos caboverdianos tanto nas ilhas como na diáspora.

Hoje, mais do que nunca, a memória da luta exerce um papel fundamental em relação à geopolítica global, representando o fio condutor entre o passado, presente e o futuro. A memória permite ao Partido manifestar resistência, por meio de sua afirmação identitária em relação às diferenças, bem como passar por um processo de adaptação e acomodação do conflito, decorrente das parcerias reforçadas com a União Européia e da reconstrução de sua identidade partidária no contexto do pluripartidarismo e do capitalismo neoliberal. A trajetória desse Partido teve início nos cenários do movimento de reivindicação da independência, movido pela esperança de uma vida melhor para os povos africanos e, caboverdianos, em particular, até o dia em que saiu às ruas para proclamar e celebrar o nascimento da República de Cabo Verde. Esta mesma esperança impulsionou o movimento que, por sua vez, implicou a abertura política na década de 90, em que o Partido passou a trilhar novos caminhos e atalhos, sob a releitura da obra de Amílcar Cabral.

No século XXI, em consonância com a nova geopolítica mundial, instaurou-se, enquanto palavra de ordem do discurso o imperativo de *Amílcar Cabral sempre* fundamentado em aspectos simbólicos e processos históricos, a partir de uma reinterpretação do legado documental, calçado nos princípios do universo cabralista de pensar *com a própria cabeça*. Por isso, o discurso de proclamação e celebração da independência, associado a esse universo, torna-se mais completo, uma vez que propunha a construção de uma nova sociedade, o nascimento de uma República. Além de que foi a época de consolidação do nacionalismo e figura de Amílcar Cabral no panteão dos heróis nacionais como símbolo da nacionalidade, libertação da África e dos povos oprimidos.

## Notas de Referências

\* Doutor em Memória Social, pesquisador colaborador no PPGAS, Museu Nacional, UFRJ; Bolsista Pós-doutor FAPERJ, artur-bento@hotmail.com.

<sup>1</sup> Cabo Verde é um estado insular, constituído por mestiços, situado na desembocadura dos continentes Europeu, Africano e Americano. Descoberto em 1460, por navegadores a serviço de Portugal, introduziu-se moradores portugueses, em 1462, e, em 1466, africanos livres e escravos para auxiliar na lavoura. Governo colonial durante 515 anos, em 1975, o PAIGC fundado por

Amílcar Cabral proclamou a independência política após 20 anos de luta pela libertação da África, e Cabo Verde, em particular.

<sup>2</sup> A delegação do Governo Português era constituída por Major Melo Antunes, Ministro Sem Pasta; Dr. Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Dr. António de Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial; a delegação do PAIGC constituída por Pedro Pires, membro do Comité Executivo da Luta e Presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC, Osvaldo Lopes da Silva, membro do Conselho Superior da Luta, Amaro Alexandre da Luz e José Luís Fernandes Lopes, membro da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC. *Jornal voz di povo* (1975).

<sup>3</sup> Fundado em 1956 na Guiné, teve como principais líderes, Amílcar Cabral, Luis Cabral, Aristides Pereira, Abílio Duarte, etc. Em 1960, sai da clandestinidade, com a instalação da sua sede em Conakry. Os combates iniciaram em 1963, até à queda do regime salazarista em 1974. Em 1981, o PAIGC em Cabo Verde assume o nome PAICV, após o fracasso das negociações com o governo golpista da Guiné, havidas em 1980

<sup>4</sup> JORNAL VOZ DI POVO. *Acordo de independência celebrado entre o governo português e o PAIGC*. Praia: GCV, agosto de 1975, p.1.

<sup>5</sup> CABO VERDE. “Texto da proclamação da República de Cabo Verde”. *Boletim oficial da República de Cabo Verde*. Vol. 1. Julho. Praia: GCV, 1975, p. 3.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 2

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 1

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 2

<sup>10</sup> MEITEL, D. *Race, culture, and portuguese colonialism in Cabo Verde*. Syracuse University, 1984, p. 20.

<sup>11</sup> CABO VERDE, *op. cit.* p. 2

<sup>12</sup> A unidade da Guiné e Cabo Verde e a própria concepção do PAIGC como partido binacional surge não só como uma necessidade estratégica da luta pela independência dos povos da Guiné e Cabo Verde, mas também como resposta concreta à idéia pan-africanista da necessidade de unidade a nível continental.

<sup>13</sup> HALBWCHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

<sup>14</sup> NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. *Revista projeto história*. São Paulo: Universidade de Campinas (dezembro). 1983.

<sup>15</sup> Foucault, Michael. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 200, p. 6.

<sup>16</sup> CABO VERDE. “Texto da proclamação da República de Cabo Verde”. *Boletim oficial da República de Cabo Verde*. Vol. 1. Julho. Praia: GCV, 1975, p. 2

<sup>17</sup> CHATIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

<sup>18</sup> Nora, *op. cit.* p. 14

<sup>19</sup> LE GOFF, Jaque. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996, p. 356.

<sup>20</sup> Cabo Verde, *ibidem*, p. 3

<sup>21</sup> *Idem*.

